

# **PRESTISMO, DOENÇA SENIL DO MORIBUNDO BOLCHEVISMO**

*Gabriel Teles Viana<sup>1</sup>*

*Rubens Vinícius da Silva<sup>2</sup>*

## **Apresentação**

O sentido deste texto é político. Pretende-se uma breve análise crítica daquilo que ficou conhecido como Prestismo. Assentado numa concepção leninista, suas reflexões ideológicas e ações políticas refletem e expressam um entrave contrarrevolucionário na luta do movimento operário, obliterando seu potencial transformador e emperrando as formas de auto-organização dos trabalhadores e demais classes exploradas e oprimidas na sociedade capitalista.

Ter-se-á cumprido o objetivo deste texto ao demonstrar que a relação entre os prestistas (a partir de sua organização) e o movimento operário é de dominação e controle, afastando as próprias e autênticas organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, apresentaremos um breve histórico das lutas dos trabalhadores de modo geral e sua expressão teórica a partir do marxismo e, posteriormente, em contraste, a tentativa de dominação e controle feita pelas organizações burocráticas e sua conformação ideológica expressa pelo leninismo e demais concepções políticas pseudomarxistas; por fim, a crítica específica às resoluções do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP) no que se refere à forma de organização e sua pretensa atuação no movimento operário.

## **Movimento operário**

O processo histórico de luta dos trabalhadores é o movimento real para a transformação social, ambicionando a abolição das sociedades classistas e a instauração da livre associação dos produtores. Jungidos num mesmo espaço, os trabalhadores no modo de produção capitalista, submetidos a relações de exploração, dominação e alienação, resistem a todo esse processo, lutando inicialmente contra uma maior e mais

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

<sup>2</sup> Estudante do curso de Ciências Sociais da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Militante do Movimento Autogestionário.

intensificada exploração e, posteriormente, já consciente de seu papel histórico, lutam pela sua abolição.

É a primeira vez, na história das sociedades classistas, que uma classe social, ao se emancipar-se, emancipa também a totalidade da sociedade: a consolidação da sociedade sem classes via emancipação proletária é, ao mesmo tempo, a possibilidade real de emancipação humana, dado o seu caráter igualitário no que tange à associação de seus membros. Este processo expressa a essência humana, pois se constitui na negação real das relações sociais fundadas na exploração e dominação capitalistas, o que de um modo geral significa a constituição de um novo ser humano, ainda que saído das entranhas e sendo parido pela velha sociedade burguesa. Nesse sentido, a negação do capitalismo é a afirmação de uma nova sociedade; a negação das classes sociais (e também a do proletariado) é a afirmação de uma nova aurora das potencialidades humanas em suas livres associações. Mas a luta proletária não é uma luta isolada da totalidade das relações sociais capitalistas. Sua luta se inscreve essencialmente nas lutas de classe, de onde ela deriva.

Assim sendo, o proletariado só existe enquanto classe ao se confrontar com outras classes sociais que também fazem parte das lutas de classe, sendo a classe proletária e a classe capitalista as fundamentais do modo de produção capitalista, pois estão imersas no processo de produção e reprodução da vida material dos seres humanos históricos e concretos. Por conseguinte, há uma correlação de forças entre as classes sociais, onde a predominância, em tempos estáveis de acumulação de capital, se dá a partir da hegemonia da dominação burguesa; é uma afirmação lógica, já que se a hegemonia detivesse entre os trabalhadores, o capitalismo já teria ruído há muito tempo.

A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de privados, a formação e multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. O progresso da indústria, de que a burguesia é portadora, involuntária e sem resistência, coloca no lugar do isolamento dos operários pela concorrência a sua união revolucionária pela associação. Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX e ENGELS, 1988, p. 78).

No entanto, em determinadas ocasiões históricas, com a intensificação das lutas de classe, o proletariado cria força, toma consciência e anseia ações revolucionárias a partir destas associações as quais Marx e Engels mencionam na citação anterior. À medida que avança suas lutas, o proletariado rompe com as relações hierarquizadas, confronta, em ação direta, as relações de produção capitalistas e afirma uma nova sociabilidade a partir das formas de auto-organização que lhe são oriundas, criando assim, o esboço de uma nova sociedade a partir de sua própria luta. As experiências históricas do movimento operário são categóricas nesse sentido. Todas as grandes tentativas de revolução proletária: Comuna de Paris (1871), início da Revolução Russa (1905/1917), Revolução Alemã e Húngara (1918), Maio de 68, entre outras, tiveram como determinação fundamental a criação de estruturas igualitárias de ação coletiva (TRAGTENBERG, 2008) que, à medida de seu desenvolvimento, entram em total antagonismo com as relações sociais atuais.

Assim podemos observar que o movimento operário, bem como o seu objetivo histórico, a Autogestão Social (comunismo), não é invenção de indivíduos dotados de gênio ou, como diria Marx, reformadores do mundo, mas sim um movimento real, produzido por seres humanos reais, vivos, históricos e concretos. Outro elemento fundamental para compreendermos a emancipação do movimento operário é, como foi expresso no estatuto da I Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) escrita por Marx, que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. Portanto, a possibilidade histórica da transformação social a partir do movimento operário só é efetivada a partir do próprio movimento operário, e não a partir de representantes e/ou outras classes sociais. Karl Marx, que contribuiu imensamente para fortalecer o movimento operário, já criticava a concepção vanguardista que só foi cristalizar-se algumas décadas adiante a partir dos escritos e práticas de Kaustky e Lenin:

Quanto ao que nos concerne, temos diante de nós, levando em conta todo nosso passado, um único caminho a seguir. Há quarentas anos, colocamos em primeiro plano a luta de classe como força motriz da história, em particular, a luta de classes entre a burguesia e o proletariado como a mais poderosa alavanca da revolução social. Portanto, é-nos impossível caminhar junto com pessoas que tendam a suprimir do movimento essa luta de classes. Quando fundamos a Internacional lançamos em termos claros seu grito de guerra "a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária".

Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatros cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que eles devem ser libertados pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses (MARX e ENGELS, 1978, p.30).

Os trabalhadores, além de lutar contra aqueles que os exploram, também lutam contra aqueles que os dominam. Portanto, a luta é contra o capital e também contra as formas de dominação e controle por aqueles que dizem expressar e contribuir com o movimento operário. O bolchevismo/leninismo é a expressão máxima da dominação burocrática sobre a luta dos trabalhadores. Tal processo se inicia durante as primeiras décadas do século XX, sobretudo com sua influência na Revolução Russa e posteriormente no mundo inteiro com a criação da III Internacional. A práxis bolchevique ajuda a obstruir ainda mais a transformação social e manter os trabalhadores longe de sua emancipação. A perspectiva burocrática manifesta pelo bolchevismo atua no sentido de impedir formas de auto-organização criadas pelo proletariado, com ênfase na cisão entre dirigentes e dirigidos no que tange à dinâmica da organização das lutas. As experiências históricas concretas onde o bolchevismo conseguiu implantar sua dominação, arraigando um capitalismo de estado disfarçado de “socialismo”, reforçam esta assertiva.

Devido ao espaço, não podemos desenvolver uma crítica mais aprofundada sobre os elementos ideológicos do leninismo, bem como suas desastrosas experiências contrarrevolucionárias ao longo do século XX, mas pontuaremos aqui que ele ainda perdura enquanto uma corrente política com relativa influência no bojo do movimento operário, a partir, sobretudo, dos partidos políticos.

### **Marxismo original, bolchevismo e questão do partido político**

A discussão em torno do partido político é um dos temas mais pesquisados e debatidos em torno do marxismo e daqueles que, ao partirem dele, acabaram por deformá-lo, deturpando-o segundo interesses outros que não expressam teoricamente o movimento revolucionário do proletariado. No campo da luta política propriamente dita, diversos epígonos e supostos continuadores de Marx e Engels (marxismo original) se dedicaram à tarefa de estabelecer relações entre os partidos políticos e a classe operária.

Marx e Engels viveram e efetivaram sua luta política no século XIX, período histórico de consolidação do modo de produção capitalista no mundo e somente no final de suas vidas houve o surgimento dos primeiros partidos socialdemocratas, os quais seriam alvo de duras críticas. O fio condutor de suas análises e desenvolvimento intelectual foi o movimento operário revolucionário, ou seja, dos avanços e recuos da luta da classe operária pela sua emancipação (“a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária”). Para ser mais preciso, o marxismo é produto direto do desenvolvimento e radicalização da luta operária. Em momentos de acirramento e avanço da luta do proletariado, especialmente quando esta classe deixa de estar submetida às relações de produção burguesas, o marxismo avança.

Por conseguinte, os fundadores do marxismo estavam situados num contexto de luta de classes bem como do conjunto das demais relações sociais, anterior ao da origem e formação dos partidos políticos modernos. As relações de produção capitalistas estavam ainda se consolidando mundo afora, com o processo de luta da burguesia contra a aristocracia e nobreza, cuja vitória resultou na formação e consolidação dos Estados Nacionais. Ademais, em determinados continentes (África e América) o modo de produção escravista colonial era o dominante, embora subordinado à dinâmica do capital. Assim como Marx demonstrou que a história das sociedades humanas é história da sucessão de modos de produção, partimos do pressuposto de que a história do modo de produção capitalista é a história da sucessão dos regimes de acumulação.

Por regimes de acumulação, entendemos uma determinada forma estabilizada das lutas de classes, a qual é caracterizada por determinada forma que assume o processo de valorização (extração de mais-valor realizada nos locais de trabalho, relação social fundamental no modo de produção capitalista, da qual surgem suas classes fundamentais: burguesia e proletariado), determinada formação estatal e determinadas relações entre estes Estados (relações internacionais). Nildo Viana, na obra *Manifesto Autogestionário* demonstra a íntima relação entre os regimes de acumulação de capital e as transformações na formação estatal:

A primeira fase do capitalismo foi marcada por sua formação incipiente, pela acumulação primitiva de capital e predomínio do capital comercial. O processo de trabalho capitalista era marginal e o sistema colonial e o Estado absolutista eram as fontes da acumulação que permitiria a

revolução industrial e a consolidação do capitalismo. O regime de acumulação que emerge após este período é o extensivo, marcado por uma alta taxa de exploração fundada na extração de mais-valor absoluto, aliado ao neocolonialismo e ao Estado liberal (século 18 e primeira metade do século 19). Ele foi substituído pelo regime de acumulação intensivo, caracterizado pela busca de aumento de extração de mais-valor relativo via organização do trabalho (taylorismo) e pelo Estado Liberal-Democrático e Imperialismo Financeiro, fundado na exportação de capital-dinheiro (segunda metade do século 19 e primeira metade do século 20). Após a Segunda Guerra Mundial temos um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo, no qual predomina o fordismo enquanto organização do trabalho (busca de aperfeiçoamento do taylorismo com o mesmo objetivo, aumentar a extração de mais-valor relativo, através principalmente do uso da tecnologia), o Estado integracionista (de “bem-estar social”, ou “socialdemocrata”) e o imperialismo transnacional. Este entra em crise na década de 60, mas somente na década de 80 do século 20 é que temos um novo regime de acumulação, o regime integral. Este combina a busca de aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo (“reestruturação produtiva”), e uma nova forma estatal, o Estado Neoliberal, juntamente com um imperialismo mais agressivo e beligerante, o neoimperialismo. A ordem do regime de acumulação integral é: aumentar a exploração de todas as formas e em todos os lugares! (VIANA, 2008, p. 20).

Somente com a vitória e expansão do capitalismo e do Estado que lhe corresponde, o Estado Liberal-Democrático (fins do século XIX até a primeira metade do século passado), é que foram postas as condições de possibilidade para a constituição dos partidos políticos como os conhecemos na contemporaneidade. Por conseguinte, na época de Marx e Engels o termo partido estava vinculado à tomada de posição de determinado coletivo político com afinidades em torno de determinadas ideias, concepções e interesses frente às relações reais entre as classes sociais em enfrentamento.

Sobre a posição dos comunistas em relação ao conjunto do proletariado, já no clássico *Manifesto Comunista* de 1848, os autores se colocam da seguinte forma:

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido à parte entre os outros partidos operários. Seus interesses não são distintos dos interesses do conjunto do proletariado. Não estabelecem princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento operário. (...) Na teoria, têm, sobre o resto do proletariado, a vantagem de ter uma visão clara das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário. (...) As concepções teóricas dos comunistas não repousam, de forma alguma, em ideias, em princípios inventados por este ou aquele reformador do mundo. São apenas a expressão geral das relações

efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante de nossos olhos (MARX & ENGELS, 2001, p. 46-47).

A citação acima expressa de forma precisa que os revolucionários têm por finalidade contribuir para o processo de organização do proletariado em sua luta direta contra o capital, elaborando estratégias específicas e gerais que acelerem seu desenvolvimento. Na medida em que o proletariado se autonomiza e se liberta de seus supostos dirigentes e representantes, a luta operária avança, através da recusa do capital, da burocracia e da afirmação de novas relações sociais. Somente deste modo é que as classes exploradas e oprimidas tendem a desenvolver sua consciência revolucionária. Esta é produto direto da luta dos trabalhadores nos locais de produção e reprodução dos meios necessários à vida.

Antes de continuar nossa análise, fazem-se necessárias algumas palavras a respeito do método. O método dialético desenvolvido por Marx e aprofundado por alguns de seus continuadores se fundamenta no pressuposto de que os seres humanos vivos, portanto reais e concretos, no processo de produção e reprodução de sua vida material estabelecem necessariamente um conjunto de relações independentes de sua vontade, para a satisfação de necessidades (desde as mais básicas como beber, comer, amar, etc.) socialmente produzidas e que são satisfeitas por intermédio do trabalho e da sociabilidade. Neste sentido, uma vez que o referencial metodológico é histórico e social, o método para a análise da realidade só pode ser histórico e social. O ponto de chegada é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da análise.

A dialética materialista apresenta o primado do ser sobre a consciência, o que significa dizer que o método dialético não pode ser subsumido à realidade concreta, tornando-se um modelo pelo qual esta deva ser necessariamente adequada. Trata-se pelo contrário, de um recurso mental, uma ferramenta para a pesquisa concreta, cuja determinação fundamental é a realidade histórica e social. Por esta mesma razão, a revolução proletária é uma tendência histórica e uma possibilidade humana. Assim, temos que o concreto é a síntese de múltiplas determinações:

O comunismo não é para nós um estado de coisas que deva ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade (terá) de se regular. Chamamos comunismo ao movimento real que supera o atual estado de

coisas. As condições deste movimento resultam da premissa atualmente existente (MARX & ENGELS, 2004, p. 42) (grifos no original).

Contudo, para partir do método dialético não basta apenas ler os textos marxistas. É fundamental que haja a correspondência de perspectiva, o que pressupõe um conjunto de predisposições mentais, expressos em valores, ideias, sentimentos, mentalidade e interesses que sejam vinculados à emancipação humana. A história das lutas em torno das interpretações dominantes do marxismo, como demonstraremos no decorrer deste trabalho, revela que houve uma apropriação da teoria marxista por indivíduos e classes sociais que não expressam o movimento revolucionário do proletariado.

Dito isso, passemos desta breve análise dos partidos para alguns apontamentos acerca da questão do Estado no pensamento de Karl Marx. Há que se recordar que alguns pontos e concepções foram abandonados e outros aprofundados pelo autor, que, coerentemente com o método desenvolvido, partia da experiência revolucionária do proletariado visando expressá-lo teoricamente. Um dos pontos mais polêmicos e controversos da obra do autor é o que trata da possibilidade de estatização dos meios de produção, como sendo uma das medidas necessárias para a superação da sociedade burguesa. No Manifesto, Marx propõe um conjunto de medidas que concentram, nas mãos do Estado, a produção e organização social, inclusive mantendo alguns elementos que são típicos da sociedade burguesa.

Contudo, o Estado, nesse caso, não é o Estado capitalista em mãos diferentes e sim outro tipo de organização que expressa a associação do proletariado (significando um poder de repressão), ou seja, do conjunto da classe e não grupos ou partidos. Além disso, o próprio Marx (Marx e Engels, 1988, p. 42) afirmou que estas medidas estavam ultrapassadas, devido ao próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, principalmente graças à experiência da Comuna de Paris em 1871. Desta forma, o pensamento de Marx é mal interpretado na primeira posição e desconsiderado na segunda, na qual ele realiza uma reformulação a partir das experiências de luta do proletariado e assim ganha mais concreticidade, superando o caráter impreciso da primeira formulação.



Após a Comuna de Paris (1871), que foi a primeira experiência revolucionária do proletariado, Marx observa que em vez do velho governo centralizado, a Comuna foi a forma enfim encontrada pela classe operária para sua emancipação, ou seja, o “autogoverno dos produtores”, ou “produtores livremente associados”. Conforme expresso no texto *A Guerra Civil em França*:

(...) a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para seus próprios objetivos. O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão do trabalho – tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da classe média nascente como arma poderosa nas lutas contra o feudalismo. (...) Do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de qualquer revolução que marque uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado. (MARX, 1982).

Reforçando tal assertiva, Marx irá expor claramente seu abandono a tal proposta de estatização dos meios de produção. Analisando os limites e possibilidades da Comuna, ele avança na crítica radical ao Estado, ao concluir que

A supremacia política do produtor não pode coexistir com a eternização da sua escravatura social. A Comuna devia pois servir de alavanca para derrubar as bases económicas em que se fundamenta a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser o atributo de uma classe (MARX & ENGELS, 1871).

Após estes breves apontamentos sobre a relação estabelecida entre o marxismo original e a questão do partido político, iremos destacar o debate e confronto entre Rosa Luxemburgo e Lênin. Tal discussão assume importância fundamental no seio do movimento socialista, especialmente a partir do final do século XIX e início do século XX, período marcado por diversas tentativas de revolução proletária no mundo.

A polémica entre Rosa Luxemburgo, militante do SPD (Partido Socialdemocrata Alemão) e Vladimir Lênin, principal dirigente do partido bolchevique, foi o marco inicial da teoria marxista dos partidos políticos (VIANA, 2013). Rosa defendia o partido de massas, ou em suas palavras uma organização que pudesse se constituir, em

momentos de acirramento das lutas de classes, como o “eu coletivo da classe proletária”. Luxemburgo era membro da ala esquerda do partido, assim como Anton Pannekoek, Hermann Gorter (no início de suas trajetórias políticas) entre outros. Esta tendência do SPD combatia o revisionismo de Bernstein (como expresso na obra *Reforma ou Revolução?*), que havia abandonado o projeto revolucionário, alegando que as condições do capitalismo moderno permitiam as possibilidades de reformas que gradualmente levariam ao socialismo e o centro liderado por Kautsky, o qual buscava manter uma fraseologia “marxista”, mas ao mesmo tempo defendia o crescimento da organização, sua entrada nos parlamentos e sindicatos visando conquistar o poder de Estado pela via eleitoral.

No que concerne às atividades do partido em momentos de acirramento das lutas de classes, Luxemburgo propunha a ênfase da atividade consciente das massas em detrimento da menor importância dos chefes, compreendendo que tal relação não se trata de algo estático e mecânico, e sim da dinâmica da luta do proletariado contra os capitalistas e seus auxiliares. Daniel Guérin, ao analisar a tese luxemburguista do partido de massas, retoma o pensamento original da autora:

Quanto mais o proletariado aumenta em número e em consciência, menos a “vanguarda” instruída tem direito de substituí-lo. À medida que a cegueira da massa recua diante de sua educação, fica destituída a base social em que repousavam os “chefes”. É a massa que se torna, se assim se pode dizer, dirigente e seus “chefes” não são mais que “executantes”, instrumentos de sua “ação consciente” (GUÉRIN, 1971, p. 17).

Desta forma, a relação entre partido e classe já era, àquela altura do pensamento de Rosa Luxemburgo, fundada nas relações de forças entre as classes sociais em luta. A tendência dominante do movimento socialista, em seu entender, seria a abolição da figura dos dirigentes e da massa dirigida, no sentido burguês dos termos. Neste sentido, através da inserção de membros de outras classes sociais que romperam com os valores, mentalidade, interesses de sua origem social, aliados aos novos elementos proletários em torno do partido socialdemocrata, poder-se-ia chegar ao objetivo central: a abolição do fundamento histórico de quaisquer expressões de dominação de classe (LUXEMBURGO e LÊNIN, 1975).

Em que pese haja confusão entre desenvolvimento da consciência de classe revolucionária (que só pode surgir com o processo de auto-organização do proletariado e

demais classes exploradas e oprimidas) e crescimento da organização (que, no caso concreto do SPD, já era um partido político moderno) Rosa iria romper com os partidos políticos no final de sua tristemente abreviada vida, enxergando nos conselhos operários em formação, no contexto das tentativas de revolução proletária na Alemanha, o princípio de organização de combate ao capitalismo e embrião das relações sociais comunistas.

Com o desenvolvimento do processo de autonomização da classe operária através da intensificação de greves selvagens e formação dos conselhos operários, bem como a divulgação de notícias mais fidedignas a respeito do verdadeiro caráter do golpe de Estado realizado pelo bolchevismo, surge e se consolida a corrente que ficaria conhecida mundialmente como comunismo de conselhos, a qual contava com nomes como Anton Pannekoek, Otto Rühle, Hermann Gorter, Gustav Landauer, Paul Mattick, dentre outros. O comunismo de conselhos foi a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado durante a primeira metade do século passado, e teve como principais contribuições revelar o caráter capitalista estatal da União Soviética, bem como o conservadorismo dos partidos políticos através da crítica radical da ideologia da vanguarda.

Lênin foi o intelectual que melhor sistematizou a tese do partido de vanguarda, ao inspirar-se em Karl Kautsky, atualizando suas teses e adaptando-as ao contexto das lutas de classes na Rússia czarista. De acordo com Kautsky, era inteiramente falso o pressuposto de que a consciência socialista do proletariado poderia se desenvolver em seu processo de auto-organização. Os intelectuais burgueses, portadores da ciência socialista (Kautsky entendia que o socialismo e a luta de classes tinham premissas diferentes), deveriam, através de uma disciplina férrea, “comunicar” e “introduzir” aos operários, com vistas à conquista do poder de Estado, os postulados do socialismo científico.

O bolchevismo possui dois fundamentos essenciais: a) a classe operária por conta própria não possui condições de chegar à consciência revolucionária, mas tão somente uma consciência sindical; b) a ideologia da vanguarda (MAIA, 2010). Tais teses são complementares e se reforçam mutuamente, não podendo ser entendidas em separado, uma vez que a práxis do partido bolchevique russo se deu tendo como

fundamento estes princípios. Isso pode ser observado antes, durante e depois do golpe de Estado que culminou com a vitória do bolchevismo sobre os soviets. Em verdade, estas sentenças se traduzem na retomada do argumento de Kautsky segundo o qual existe a necessidade dos portadores da “doutrina socialista” (intelectuais), organizados de maneira rígida, centralizada e com uma disciplina férrea (semimilitar) através de sua atuação nos parlamentos e sindicatos, de dirigir e controlar o movimento operário.

Dessa forma, temos no seio do movimento bolchevique cristalizada uma das relações sociais fundamentais nas sociedades de classes: a relação entre dirigentes e dirigidos. Este tipo de relação tem por fundamento a separação e cisão entre quem planeja e não executa determinada atividade e quem simplesmente executa e não planeja determinada atividade. Há uma predeterminação no que tange tanto aos meios como aos fins, no caso do processo de luta revolucionária.

A divisão social do trabalho é um dos princípios da práxis bolchevique. A suposta tese do “controle operário” é o ápice deste processo, pois por mais que a classe operária tenha algum tipo de voz no que tange ao conteúdo de sua atividade, todas as decisões relativas ao modo e finalidade de sua produção são tomadas por instâncias superiores e exteriores, como o Estado ou o Partido. Já no texto *Que Fazer?*, escrito em 1902, Lênin aprofunda a tese kautskysta da nulidade operária e da necessidade de uma direção centralizada, que deve controlar o movimento da classe operária em luta desde o início de sua atividade. Este é o fundamento da dominação do proletariado pela intelectualidade e burocracia partidária:

“Dissemos que os operários não podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida do exterior. A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que precisa de se agrupar em sindicatos, lutar contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas, elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais.” (LÊNIN, 1973, p.39).

Não é nosso intento aqui analisar de forma pormenorizada as múltiplas determinações histórico-sociais que culminaram na derrota dos soviets em favor da contrarrevolução bolchevique. As nossas preocupações são de partir deste processo, que

toma sua forma mais acabada com a vitória do modelo russo na III Internacional, e através de sua reconstituição reconhecê-lo como sendo a determinação fundamental para a criação do PCB em 1922, cuja filiação de Prestes se daria em 1935.

No III Congresso da Internacional Comunista realizado em 1919, Lênin e os bolcheviques conseguem impor uma derrota sem precedentes ao movimento revolucionário mundial. Animada com a vitória da suposta “Gloriosa Revolução de Outubro”, a burocracia bolchevique defende que as diretrizes de Moscou deveriam ser seguidas por todos os PC’s do mundo, independentemente do contexto e da dinâmica das lutas de classes nestes países, abrindo caminho para o que ficou conhecido como o processo de bolchevização dos partidos comunistas.

Não demoraram muito para as primeiras críticas aparecerem. Em 1920, Hermann Gorter, situado no contexto da tentativa de revolução proletária na Alemanha, a tal procedimento:

Companheiro Lênin, você quer nos obrigar, a nós da Europa Ocidental, que estamos sem aliados frente a um capitalismo absolutamente poderoso, extremamente organizado (organizado em todos os setores e em todos os sentidos), fortemente armado (e exatamente por isso precisamos das melhores e das mais poderosas armas), você quer nos obrigar a usar armas ruins. Você quer impor estes miseráveis sindicatos a nós que queremos organizar a revolução nas fábricas e de acordo com as fábricas. A revolução no Ocidente só pode ser organizada na base da fábrica e das fábricas. Isto acontecerá porque é nas fábricas que o capitalismo está altamente organizado em todos os sentidos (...). E isto não é tudo! A Executiva de Moscou, os dirigentes russo de uma revolução que só venceu porque teve o apoio de um exército de milhões de camponeses pobres, querem impor sua tática ao proletariado da Europa Ocidental que está e deve estar só. E, para atingir este objetivo, destroem, como você, a melhor corrente da Europa Ocidental! Que besteira incrível, e, sobretudo, que dialética! (GORTER, 1981, p. 40-42).

O texto de Gorter marca ainda uma crítica limitada ao bolchevismo, fundado na distinção tática no contexto das lutas de classes em cada país. Conforme dito, as condições de possibilidade para a ruptura completa com o bolchevismo iriam se mostrar com o aceleração da radicalização da luta operária, com a formação de conselhos operários em diversos países da Europa Ocidental, na passagem da década de 20 para a década de 30. Ainda assim, a citação acima não deixa dúvidas de que o processo ulterior de bolchevização dos partidos comunistas (levado a cabo por Stálin no V Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1924, o qual com a derrota da Revolução Alemã e a

destruição dos conselhos operários, e ao mesmo tempo com a ascensão deste ao poder na URSS, a máxima “socialismo num só país” seria adotada, assim como todos os partidos comunistas deveriam seguir à risca as determinações do Comitê Central do PCUS) teve como fundamento histórico o leninismo, tendo sido uma continuidade e desdobramento necessários e não uma suposta burocratização ou degeneração. Numa palavra: as condições de possibilidade para o surgimento da bolchevização se encontram em germe com o desdobramento da práxis bolchevique, que propunha a total submissão da classe proletária às diretrizes ideológicas do partido.

Após estas considerações acerca do marxismo original, bolchevismo e a questão dos partidos políticos, passaremos a uma breve análise e descrição da trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Julgamos necessárias estas considerações acima expostas, uma vez que sem a devida contextualização e resgate histórico de como o bolchevismo deturpou os fundamentos do marxismo original no que tange à organização dos revolucionários, estaremos ocultando as reais determinações histórico-sociais que foram as condições de possibilidade para a aproximação de Prestes com o PCB, o qual em sua fundação já tinha os pressupostos da práxis bolchevique como fundamento de sua atividade.

### **Luiz Carlos Prestes: breve trajetória política**

Luiz Carlos Prestes é uma das figuras políticas mais conhecidas da política institucional brasileira. No século passado, disputou juntamente com Getúlio Vargas o bastião de líder político das classes exploradas e oprimidas no país. Para seus defensores, Prestes teria sido o Cavaleiro da Esperança. Muitos de seus delatores o acusam de oportunista, conciliador de classes e lacai da burguesia nacional e do imperialismo. Nosso intento aqui é buscar superar este arcabouço de ilusões. Como bem expressa Marx:

"(..)do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, ao contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção" (MARX, 1982, p.25).

A trajetória política de Prestes se inicia em 1925, com participação ativa no que depois seria conhecido como tenentismo<sup>3</sup>, vinculando ao projeto do movimento por conta de seu patriotismo, que, aliás, iria acompanhá-lo por toda sua militância política. Após passagem das tropas lideradas pelo General Isidoro Dias pelo Rio Grande do Sul, Luís Carlos Prestes, à época membro da burocracia militar permanente (exército) já com a patente de Capitão, lidera a tropa que ficou conhecida nos livros de história como a famosa Coluna Prestes<sup>4</sup>. No contexto da formação da Coluna, Prestes ganha o apelido de “Cavaleiro da Esperança”. Em 1927, a Coluna se interna na Bolívia, de onde muitos de seus membros passam a tomar posições políticas divergentes.

Com a dissolução do movimento e o apoio dado pela maioria dos seus integrantes ao Golpe de Estado de 1930 que culminaria com o Estado Novo e a ditadura de Getúlio Vargas, Prestes, apesar do forte assédio, rompe com a orientação tenentista e passa a se aproximar do PCB, através de seu então secretário-geral Astrogildo Pereira. O texto Manifesto de Maio, escrito em 1930 (PRESTES, 2006) é o documento no qual Prestes explicita sua ruptura com o movimento tenentista.

Em 1931, Prestes, a convite do Comitê Executivo da Internacional Comunista, se muda com a família para a União Soviética, onde é contratado como engenheiro. Lá ele irá se tornar estudioso do bolchevismo, passando a manter contatos com a seção latino-americana da organização e com dirigentes dos demais partidos comunistas da América Latina. Por conta de sua enorme influência (uma vez que em diversos outros Manifestos já estava presente uma convergência político-ideológica) o PCB apenas em agosto de 1934 aceita Prestes em suas fileiras.

---

<sup>3</sup>Nome dado ao movimento político-militar, e à série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920, descontentes com a situação política do Brasil. Propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto de cabresto, instituição do voto secreto e a reforma na educação pública. Os movimentos tenentistas foram: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolução de 1924, a Comuna de Manaus de 1924 e a Coluna Prestes.

<sup>4</sup>A Coluna Prestes, como passou a ser chamada, após dois anos de luta enfrentando tropas governistas e tropas de Polícias Estaduais, além de “Provisórios” armados às pressas no sertão do nordeste. Passaram dois anos, sempre se deslocando de um lugar para outro e terminaram se internando na Bolívia. O Tenentismo passa a participar da Aliança Liberal em 1929 com exceção de Luís Carlos Prestes. Prestes rompe com o movimento por conta de sua adesão ao Golpe de Estado em 1930, indo se aproximar do bolchevismo (em sua variante conhecida como stalinismo).

A IC era extremamente burocratizada. Sua organização, com base nos primeiros estatutos, se dava da seguinte forma: 1) o Congresso Mundial era o órgão que detinha a autoridade máxima da Internacional Comunista, o qual devia se reunir uma vez ao ano e tinha a exclusividade em modificar o Programa e os Estatutos da organização; 2) o Comitê Executivo: nos períodos entre congressos, este era o órgão que detinha a autoridade máxima. Era eleito pelo Congresso Mundial e sua sede era decidida em cada congresso. Mais tarde se criaria um órgão adicional: o *Presidium*, que por sua vez concentrava e centralizava a máxima autoridade entre as plenárias do Comitê Executivo.

Na segunda metade dos anos 30, a IC rompe com a política de frente única (a qual não cogitava a aliança com nenhum partido socialdemocrata e mesmo com frações de classe da burguesia) e adota a estratégia de Frentes Populares. No Brasil, o PCB, juntamente com frações liberais da burguesia nacional e um grupo de tenentes rompidos com Vargas, aplica esta política, que teve o nome de ANL (Aliança Nacional Libertadora), posta na ilegalidade em 12 de junho de 1935, três meses depois de sua fundação.

É a estas organizações e neste contexto histórico que ocorre a identificação de Prestes com o bolchevismo, expressão ideológica da burocracia radicalizada. Uma análise mais acurada do funcionamento de tais organizações revela que a divisão social do trabalho é uma das relações sociais concretas que fornece sua dinâmica, revelando que em realidade trata-se de uma organização burocrática, que tinha como objetivo fornecer às demais organizações burocráticas (PC's do resto do mundo) as “orientações” necessárias à luta pela conquista e manutenção do poder de Estado.

Em 1935, Prestes volta ao Brasil para juntar-se a Aliança Nacional Libertadora, onde antes mesmo de ser incorporado à organização já se encontra na posição de “presidente de honra”, devido ao seu prestígio e influência. A ANL, que durou pouco mais que 3 meses e boa parte deste tempo esteve na ilegalidade, conseguiu reunir um grande número de simpatizantes. Contudo, o fracasso dos levantes de 1935 e a repressão do Estado Novo destroem a organização, levando Prestes a ser preso em 1936 até 1945.

Em 1943, é realizada uma conferência na Serra da Mantiqueira, a qual reorganiza o PCB e elege Luiz Carlos Prestes como seu secretário-geral, mesmo este se encontrando preso. Em 1945, Prestes sai da prisão anistiado e se junta à campanha



nacional pela legalidade do Partido. Com muito prestígio popular, Prestes é eleito senador em 1945 com a maior votação da história até então.

No Senado, Prestes e a bancada do PCB são ávidos defensores de políticas que visavam garantir o desenvolvimento capitalista no país, sobretudo a reforma agrária. Contudo, dois anos depois o PCB é novamente posto na ilegalidade e em 1948 os mandatos de seus parlamentares são cassados. Em realidade, neste contexto, o PCB, assim como os demais partidos comunistas do mundo, seguem à risca as diretrizes emanadas pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista, a qual propunha a conquista de vagas no parlamento e a defesa de governos com cunho nacionalista, popular e democrático.

Tal estratégia visava garantir mais influência no conjunto das classes exploradas e oprimidas, uma vez que o processo de burocratização dos sindicatos leva à criação das centrais sindicais e marca a disputa de cargos na burocracia sindical em formação, visando combater a possibilidade de formas de auto-organização do proletariado no Brasil. Soma-se a isso a tentativa de ressuscitar a estratégia de luta armada, proposta em 1950 em tom de Manifesto e assinada por Prestes, a qual propunha a derrubada do governo, considerado de “traição nacional”, através da “luta armada pela libertação nacional”, para conquistar um “governo revolucionário”.

Neste sentido, é revelador perceber como a sucessão de equívocos estratégicos marca o processo de rearticulação do PCB, que em 1958, no contexto da volta a legalidade e revogação dos membros do Comitê Central, através da Declaração de Março de 1958, assume uma postura autocrítica em relação ao Manifesto de 1950 (PRESTES, 2006). Na Declaração de 1958 é proposta a luta por um “governo nacionalista e democrático” através da participação no processo eleitoral. Ou seja, o velho ritual de crítica e autocrítica leninista, que finge assumir alguns “erros” conservando a sua finalidade essencial: dirigir, controlar e tutelar as lutas operárias e das demais classes exploradas e oprimidas, canalizando-as pra a luta pela conquista do poder de Estado pelo Partido e assim amortecendo os conflitos reais entre as classes sociais em permanente enfrentamento.

O nacionalismo e o apelo populista são constantes, tanto nos textos quanto na trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Não é à toa que este vai se identificar e

apoiar, junto com seu Partido, de todas as formas possíveis o governo de João Goulart, no qual o PCB colabora ativamente no conjunto das chamadas “reformas de base”, que em realidade se tratavam de um conjunto de medidas para tornar possível um desenvolvimento capitalista menos dependente dos países de capitalismo superdesenvolvido, principalmente dos Estados Unidos.

No período da ditadura militar no Brasil se explicitam as divergências entre Prestes e os demais membros do Comitê Central do PCB. Por conta de disputas estratégicas e de poder e influência dentro do Partido, Prestes, com base no estudo de materiais produzidos no contexto do regime ditatorial, rompe com o Comitê Central. Em 1980 escreve a famosa “*Carta aos Comunistas*”, a qual é o fundamento para sua ruptura definitiva com o PCB e o início de sua busca pela constituição de uma nova organização burocrática de orientação bolchevique no país (PRESTES, 2006).

Portanto, é na “*Carta aos Comunistas*” que muitos vão dizer que Prestes assume sua formulação política mais radical, unindo sua experiência política de quase meio século com o pretensão “aprofundamento” de seus estudos sobre o marxismo-leninismo. No entanto, o que se percebe, como já dissemos, são as velhas querelas de disputas burocráticas entre os dirigentes do Comitê Central do PCB daquela época. Em essência, a única crítica que Prestes faz é a incapacidade dos dirigentes daquele período em dirigir e controlar tanto o partido político quanto as “massas”. À guisa de demonstração, reproduzimos aqui alguma das inúmeras vezes que Prestes menciona esta questão:

A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência de sua direção que, entre outras graves deficiências, não foi capaz de preparar os comunistas para enfrentar os anos negros do fascismo, facilitando à reação obter êxito em seu propósito de atingir profundamente as fileiras do PCB, desarticulando-o em grande parte. (PRESTES, 1980).

Fica claro a relação entre aqueles que dirigem e aqueles que são dirigidos no seio de uma organização política partidária:

Nessas condições, sinto-me no dever de alertar os comunistas para a real situação da atual direção do PCB: uma direção que não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita, um Comitê Central em que não é exercido o princípio da direção coletiva – caracterizado pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria —, no qual reina a indisciplina e a confusão, em que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende" (PRESTES, 1980).

Por fim, Prestes expressa a sua “solução” para os problemas que o Partido Comunista Brasileiro sofreu:

É necessário lutar por um outro tipo de direção, inteiramente diferente da atual, com gente nova, com comunistas que efetivamente possuam as qualidades morais indispensáveis aos dirigentes de um partido revolucionário. Não é mais admissível a perpetuação da atual direção que está levando o PCB à falência em todos os terrenos (PRESTES, 1980).

(...)

Quero lembrar ainda que, para cumprir o papel revolucionário de dirigir a classe operária e as massas trabalhadoras rumo ao socialismo, é necessário um partido revolucionário que baseado na luta pela aplicação de uma orientação política correta conquiste o lugar de vanguarda reconhecida da classe operária. (PRESTES, 1980)

O conteúdo da Carta é o fundamento ideológico e a condição de possibilidade para o surgimento da corrente que aqui denominamos Prestismo. Nela estão postos os princípios gerais sob os quais Prestes entendia a atividade da burocracia partidária, onde os eternos erros da direção têm por finalidade justificar a divisão social do trabalho e ocultar o véu da contrarrevolução burocrática expresso na conquista do poder de Estado pela burocracia partidária.

### **Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP)**

Meses após a morte de Prestes, ainda em 1990, militantes que romperam com o PCB através da assimilação do conteúdo expresso na famosa Carta aos Comunistas, fundam a CLCP (Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes) visando aplicar as estratégias e o modelo nela desenvolvidos. Mas é no ano de 2013, a partir da 12º Encontro Nacional, que, seguindo uma concepção muito utilizada por organizações leninistas que romperam com partidos comunistas tradicionais, ocorre uma nova alteração no nome da organização, que passa a ser conhecido por Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). Portanto, a cristalização do que é conhecido por “Prestismo”, fundamentalmente, organiza-se a partir do Polo, e é por isso que achamos necessária a crítica desta organização.

A pretensão política do PCLCP, de acordo com suas cartas de princípios, “se afirma como alternativa para os comunistas revolucionários em nosso país” (PCLCP, 2013). Pretensão esta, a propósito, totalmente questionável, o que nos leva a formular

uma pergunta que servirá como fio condutor de nossa crítica a esta organização: O PCLCP se afirma como alternativa para os comunistas revolucionários no Brasil? Para responder a esta questão, nos pautaremos a partir das Resoluções do 12º Encontro Nacional do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes ocorrido em abril de 2013, onde se pode encontrar a visão do PCLCP sobre a questão da organização, estratégia socialista e etc. Focaremos, devido ao espaço, sobretudo as questões da organização do Polo bem como sua relação com o movimento operário e demais setores explorados na sociedade capitalista.

Enquanto organização, o PCLCP se auto intitula como um “polo de reconstrução do movimento comunista no Brasil”. Sua proposta, do ponto de vista do eixo organizativo, é contribuir para o surgimento daquilo que eles chamam de “partido revolucionário comunista de novo tipo”. No entanto, mesmo não sendo ainda este partido, “o PCLCP é uma organização de caráter partidário (PCLCP, 2013, pg. 51)”. O trabalho político de um partido revolucionário de novo tipo, de acordo com as resoluções do referido Congresso, consistiriam em:

[...] contribuir para a construção das condições para a realização da revolução socialista; atuar como dirigente da massa que realizará a revolução; estabelecer o conjunto de táticas necessárias para a tomada revolucionária do poder; construir o Estado revolucionário que combaterá até o fim a reação burguesa e organizar a sociedade socialista no período de transição à sociedade sem classes (e, portanto, sem Estado) (PCLCP, 2013, p. 54).

Portanto, nesta pequena síntese, temos cinco elementos que permeiam a organização do PCLCP a partir da constituição de um partido político: (1) contribuir para construção das condições para a revolução socialista; (2) atuar enquanto dirigentes das massas que farão a revolução; (3) táticas para tomada do poder; (4) construção de um período de transição socialista.

O primeiro elemento pressupõe uma compreensão e reflexão daquilo que se chama de unidade entre meios e fins. Nesse sentido, a construção de uma revolução socialista<sup>5</sup>, finalidade máxima do movimento operário, deve apreender meios autênticos que possa chegar ao fim objetivado:

---

<sup>5</sup>Cabe aqui expor que em nosso entendimento a revolução proletária é o processo radical de transformação do conjunto das relações sociais, cuja essência é manifesta na autogestão das lutas operárias, o que significa a negação e ruptura diretas com a tese de tomada do poder de Estado pela burocracia partidária. A autogestão social é o fundamento das relações de produção comunistas e surge como tendência histórica e

Falar em estratégias revolucionárias nos leva, pois, as questões que remetem ao problema da construção de uma nova sociedade, de um novo modo de produção radicalmente diferentes do atual e dos anteriores fundados em sociedades classistas. Trata-se da necessidade de coerência, expressando uma práxis revolucionária, pautada num conceito de revolução que nos leve à transformação das relações sociais, instituindo uma nova sociedade; enfim, em poucas palavras: a unidade entre meios e fim (GT VIANA, no prelo, p. 1).

No caso concreto do PCLCP há, em verdade, um desserviço para a construção da transformação social, pois seus meios não condizem com um fim revolucionário. O que se vê nas resoluções desta organização é um entrave burocrático, a toque de dominação das lutas dos trabalhadores que, em vez de contribuir, acaba tendo como objetivo dirigir suas lutas a partir dos moldes burocráticos e contrarrevolucionários.

O que passa pela elaboração programática do caminho para o socialismo nas condições brasileiras e a criação das condições institucionais para que este programa seja aprovado de forma democrática e assumido pelas massas [...] passa pela unidade das forças comunistas revolucionárias consequentes na formação de uma liderança efetiva, um "núcleo duro", capaz de dirigir as lutas de massas dentro de uma perspectiva revolucionária (PCLCP, 2013, p. 5).

A própria forma-partido já demonstra o caráter contrarrevolucionário da configuração de ação política do PCLCP, expressando relações burocráticas, onde há uma clara distinção entre aqueles que dirigem e aqueles que são dirigidos. Anton Pannekoek, em seu texto "Partido e Classe" de 1936, ancorado nas experiências concretas onde o bolchevismo obteve êxito, sobretudo após a dominação bolchevique ocorrida na Revolução Russa, explicita o caráter reacionário dos partidos bolcheviques:

Lênin (Que Fazer? -1902), inspirando-se em Kautsky, propõe a criação de um partido de vanguarda, formado por "revolucionários profissionais" e rigidamente centralizado, sob a direção dos intelectuais. A divisão do trabalho, tão eficaz e racional na organização capitalista da produção, tem sido o modelo da concepção leninista da organização revolucionária, que subordina os operários aos intelectuais, atribuindo a estes a função dirigente. O resultado é que, logo após a revolução, a "eficácia" do partido leninista, que até então se limitara a aparelhar as organizações de massas, se estende e se afirma como "ditadura do proletariado". Uma nova classe dominante, os tecnoburocratas ou gestores, assume o poder em nome do proletariado e mantém, no essencial, as relações de

---

possibilidade de emancipação humana com as tentativas de revolução proletária expressas na Comuna de Paris (1871), Revolução Russa (1905-1917), portanto no contexto da luta que se configurou na vitória da contrarrevolução burocrática expressa pelo bolchevismo), Revolução Espanhola (1936-1939), Maio de 1968 na França, dentre outras.

produção/exploração capitalistas, mudando apenas sua forma superestrutural ou jurídico-política: o capitalismo de mercado se transforma em capitalismo de estado (PANNEKOEK, 1936).

E aqui entramos para a questão da atuação enquanto dirigentes no processo das lutas dos trabalhadores em geral e do movimento operário em específico (2). Seguindo a tradição leninista, o PCLCP expressa a necessidade de uma vanguarda para dirigir o movimento operário, já que os proletários, devido a sua situação de vida, teriam tão-somente condições de desenvolver uma consciência sindical, ou seja, limitada da realidade. É necessário, pois, que a consciência revolucionária seja “comunicada” e “doada”, pelos intelectuais dos partidos.

O partido revolucionário deve buscar ser dirigente [...] A massa estará disposta a organizar-se para defender seus objetivos imediatos. Os objetivos imediatos não são, por si só, revolucionários, sendo, na maior parte das vezes, reformistas. Buscar ser o dirigente da massa não pode ser apenas uma pretensão, e não acontecerá se parecer uma pretensão alheia aos objetivos e interesses da massa (PCLCP, 2013, p. 56).

No entanto, como a *consciência só pode ser o ser consciente* (MARX, 2007), a ideologia da vanguarda, expressa por Lênin e utilizada pelo PCLCP, buscando substituir a classe operária no plano do pensamento (já que são os intelectuais que produzem a consciência revolucionária), inevitavelmente tem por objetivo substituí-la no plano político e prático, dirigindo e controlando o movimento operário. A experiência da Revolução Russa, a partir da dominação bolchevique, demonstrou muito bem como a cristalização da burocracia enquanto classe social em sua faceta mais radicalizada, a qual falando em nome do proletariado, é contrarrevolucionária por essência:

O bolchevismo é, pois, não só inútil como critério para a política revolucionária do proletariado internacional, mas um dos seus maiores e mais perigosos obstáculos. A luta contra a ideologia bolchevique, contra as práticas bolcheviques e, portanto, contra todos os grupos políticos que buscam implantá-las no proletariado, é uma das primeiras tarefas na luta pela reorientação revolucionária da classe operária. A política proletária somente poderá ser desenvolvida agindo no terreno da classe proletária, com os métodos e as formas de organização adequados para isso (WAGNER, 2014).

É necessário resgatar o princípio fundamental da luta do proletariado imersa e inscrita nas lutas de classes: **a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores**. Tal afirmativa está assentada na concepção de que a revolução só é efetiva a partir da ação política revolucionária da totalidade da classe proletária, pois o

que se busca é a autoemancipação desta classe, a partir de sua auto-organização, tal como colocamos anteriormente.

Quanto à questão da estratégia para a tomada do poder a partir do Partido (3), para quem parte da perspectiva revolucionária, quando esta deixa de se submeter às relações de produção burguesas, é totalmente sem sentido. O que se busca é a destruição do poder. O poder, enquanto uma relação social de dominação (implicando naqueles que dominam e aqueles que são dominados), expressa determinados interesses em sua dinâmica social. É impossível abolir a dominação a partir da reprodução desta própria dominação. A tomada do poder, sendo uma relação de dominantes e dominados, a partir de um partido, sendo uma relação de dirigentes e dirigidos, só poderá reproduzir uma sociabilidade e formas de ação política desastrosas, corroborando ainda mais com a manutenção da dominação e da relação mandatária. Marx, ao falar em “uso do poder político”, se refere a partir da própria classe operária, entendendo este uso como coerção por parte do proletariado contra a burguesia e suas classes auxiliares (burocracia e outras) e não através de um partido político. Isto, no entanto, não significa que o proletariado será uma nova classe dominante, como bem explicita Marx:

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe? Resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens. A classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seus antagonismos, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil (MARX, 1989, p. 160).

Toda vez que um partido bolchevique chegou ao poder, o que se fez foi acentuar mais ainda este poder, obliterando as formas organizativas dos próprios trabalhadores e implantando um capitalismo de Estado.

E é nesta última questão que entra o litígio da construção de um período de transição socialista (4). Para os pseudomarxistas<sup>6</sup>, questionar a possibilidade e

---

<sup>6</sup> Korsch, na obra *Marxismo e Filosofia*, aplica o materialismo histórico ao próprio materialismo histórico e se debruça sobre a questão da deformação do marxismo. A partir deste pressuposto teórico, o autor demonstra a legitimação da dominação feita em cima do movimento operário operada por alguns intelectuais e militantes que, utilizando algumas categorias (ainda que deformadas) marxistas, fundamentaram suas ações e escritos que nada buscam contribuir para o desenvolvimento e radicalização

necessidade de um “período de transição” é obliterar uma conquista do “socialismo científico” que superou qualquer pretensão utopista abstrato do movimento operário. Muitos, a partir do argumento de autoridade, advogam que o primeiro teórico a pensar nesta “fase de transição” foi Karl Marx; no entanto, nada mais fora da realidade do que esta afirmação. Marx nunca se referiu a uma fase de transição entre capitalismo e comunismo chamada de “socialismo”. A ideologia da burocracia, inicialmente pelo bolchevismo a partir dos escritos de Lênin, utilizam duas colocações de Marx para sustentar a ideologia da fase de transição: a conservação do trabalho assalariado e a existência de um “estado de transição” no “socialismo”. Contudo Marx não utilizou as noções de “período de transição” ou socialismo. Tais noções foram formuladas pela tradição bolchevique e assimilada pelo pseudomarxismo sendo levada, por eles, como verdadeiros conceitos revolucionários, uma etapa necessária para a mudança social.

O que Marx realmente coloca em seus escritos é que o comunismo (ou autogestão, livre associação entre os produtores, etc.) tal como surge do movimento operário no capitalismo, atravessa duas fases, e isto significa que são duas fases do comunismo, e não que uma delas seja uma transição/passagem para ele. Quanto ao que Marx disse, a conservação do trabalho assalariado e existência de um estado de transição se referem à primeira fase do comunismo. Conscientes ou não, os leitores de Marx quando analisam a proposta de um estado de transição (à época do Manifesto Comunista, 1848), esquecem que esta questão é reavaliada por Marx. Antes, este estado de transição seria calcado em uma “estatização dos meios de produção<sup>7</sup>”. No entanto, depois da experiência da Comuna de Paris em 1871, Marx irá reavaliar esta tese, tal como ele deixou evidente em seus textos sobre a Comuna de Paris (MARX, 1871) e nos posfácios das futuras edições do Manifesto Comunista (MARX, 2006).

---

do das lutas revolucionárias. Com isso, Korsch contribui para reforçar o real caráter de classe (burocrático) do bolchevismo e suas consequências nefastas para o desenvolvimento da luta operária.

<sup>7</sup>Mas não nos moldes burgueses. Aqui se trata do período de superação revolucionária das sociedades de classes, o que pressupõe a destruição do Estado, pois este é a mais poderosa arma que a classe capitalista utiliza-se para tornar regulares as relações de produção capitalistas, e, por conseguinte, o conjunto das relações sociais. Conforme buscamos expor, Marx supera e reformula tais teses, o que significa uma ruptura que é sistematicamente ocultada pela tradição bolchevique cuja práxis se dá na conquista do Estado e na fusão da burocracia partidária em burguesia de Estado via estatização dos meios de produção, na qual são mantidas e aprofundadas a divisão social do trabalho e a extração de mais-valor, que são as relações de produção fundamentais do capitalismo.



Portanto, em coerência com o movimento real da história das sociedades de classes expresso nas lutas de classes, Marx demonstra que o proletariado não pode simplesmente se apossar do estado, pois seu objetivo, desde o início é destruí-lo e em seu lugar criar o “autogoverno dos produtores” (MARX, 1986) – a autogestão social. Sobre a permanência do salário na primeira fase do comunismo é também reavaliada por Marx, que logo depois, em sua crítica ao programa de Gotha (1875), irá propor o sistema de bônus:

Do que se trata aqui não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede. Congruentemente com isto, nela o produtor individual obtém da sociedade — depois de feitas as devidas deduções — precisamente aquilo que deu. O que o produtor deu à sociedade constitui sua cota individual de trabalho. Assim, por exemplo, a jornada social de trabalho compõe-se da soma das horas de trabalho individual; o tempo individual de trabalho de cada produtor em separado é a parte da jornada social de trabalho com que ele contribui, é sua participação nela. A sociedade entrega-lhe um bônus consignando que prestou tal ou qual quantidade de trabalho (depois de descontar o que trabalhou para o fundo comum), e com este bônus ele retira dos depósitos sociais de meios de consumo a parte equivalente à quantidade de trabalho que prestou. A mesma quantidade de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a desta sob uma outra forma diferente (MARX s/d, p. 213).

A partir desta passagem de Marx, podemos perceber que o sistema de bônus não é a mesma coisa que o salário, pois o salário é expresso e pago em um papel-moeda (dinheiro), que é equivalente, no modo de produção capitalista, um meio universal de troca, passível de ser acumulado e utilizado para comprar meios de consumo e produção e força de trabalho. O sistema de bônus, bem diferente, é tão-somente trocável por meios de consumo e por isso não tem nada haver com dinheiro, trabalho assalariado e a questão da lei do valor. Portanto, primeira “fase” do comunismo já seria marcada pela destruição e abolição do estado, do trabalho assalariado e do dinheiro e pelas iniciais relações sociais pautadas na livre associação dos produtores.

No entanto, Viana, ao se debruçar sobre esta questão, demonstra que a questão das duas fases do comunismo já foi superada historicamente:

Com o posterior desenvolvimento das forças produtivas não há mais motivos para a existência do princípio “a cada um segundo o seu

trabalho” e do sistema de bônus. O desenvolvimento das forças produtivas, na Europa ocidental e nos demais países capitalistas superdesenvolvidos, já atingiu um nível tão elevado que a revolução autogestionária terá que transformá-las para possibilitar a autogestão e sua utilização de acordo com as necessidades humanas. Isto se torna, na atualidade, válido até para os países capitalistas subordinados (“terceiro mundo”). Por conseguinte, não há mais a necessidade de existir “duas fases” no comunismo e a chamada “transição” do capitalismo ao comunismo se realiza no período revolucionário que ao terminar, com a vitória do proletariado, instaura a autogestão social (VIANA, 2007, p. 4).

À vista disso, a ideologia do “período de transição” serve mais como uma forma de legitimar a dominação burocrática no seio do movimento operário, ofuscando os reais interesses da burocracia em tomar o poder do Estado e dirigi-lo, não tendo como objetivo uma real transformação das relações sociais.

Vimos anteriormente que o PCLCP se considera um partido político revolucionário. Estas duas assertivas nos remetem a duas questões fundamentais, a saber: a) o conceito de partido político; b) o significado da expressão partido revolucionário.

Para conceituar partido político, duas dificuldades logo se apresentam: a) a diversidade dos partidos, os quais carregam inúmeras diferenças entre si; b) a relação e as semelhanças com outras instituições políticas pode ofuscar a compreensão da especificidade desta forma de organização política.

Os partidos políticos modernos são organizações burocráticas que visam à conquista do poder de Estado, buscando legitimar esta luta através da ideologia da representação. Por fim, os partidos políticos são expressões políticas de uma classe ou fração de classes existentes. Os quatro elementos principais dos partidos políticos são: 1 - Organização burocrática, que é caracterizada pela relação social dirigentes e dirigidos. Aqueles que dirigem (burocratas) tomam as decisões e controlam os dirigidos; 2 - Objetivo de conquistar o poder de Estado; 3 - Ideologia da representação como base de busca de sua legitimação; 4 - Expressão dos interesses de classe ou fração de classe (VIANA, 2013).

Neste sentido, mais uma pergunta se apresenta: por que os partidos políticos são organizações burocráticas? Graças ao seu objetivo de conquistar o poder político, pois para realiza-lo é preciso ter eficácia, o que pressupõe recursos humanos e

financeiros, disciplina, unidade, etc. Aqueles que buscam conquistar o poder através da democracia representativa (processo eleitoral) precisam movimentar enormes quantias de dinheiro para financiar a campanha eleitoral, um quadro de funcionários eficientes e disciplinados, sem os quais uma vitória seria quase impossível. Já os partidos que não possuem estes recursos disponíveis buscam se aliar aos demais partidos tendo como horizonte a disputa por cargos no seio da burocracia estatal visando o aumento de seu poder e influência junto aos setores que diz representar (VIANA, 2013).

A divisão entre dirigentes e dirigidos é o berço sobre o qual nasce toda forma de dominação. Não há como haver sociedades de classes, sociedades onde dominam relações de exploração sem antes existir tal relação. Assim, qualquer organização que queira de um modo ou de outro contribuir com o processo de superação da sociedade moderna, deve atentar-se para esta questão (MAIA, 2009). Sobre as relações entre as organizações burocráticas, sua dinâmica interna e a ideologia da representação, Lucas Maia em seu artigo *Militância, Compromisso e Organização* contribui com o esclarecimento deste processo:

Dentro das agrupações da esquerda tradicional, esta forma de organização autoritária produz ideologias que a justificam, tal como a socialdemocracia, bolchevismo (maoísmo, leninismo, stalinismo, trotskismo etc.). De uma ou outra maneira, estas ideologias justificam a divisão entre dirigentes e dirigidos dentro da organização, dentro do coletivo. As organizações autoritárias, burocráticas, são agrupações políticas que não apresentam em seu interior características que apontem para novas formas de organização social. Pregam em seus estatutos, discursos a liberdade, socialismo etc., mas reproduzem em seu interior um elemento fulcral das sociedades de classe: a divisão entre dirigentes e dirigidos (MAIA, p. 24).

Cria-se assim, no interior do partido, uma divisão entre dirigentes (burocracia partidária) e dirigidos. A burocracia partidária comanda o partido, embora haja variações no grau de burocratização entre os diferentes partidos. No caso do PCLCP, pelo fato de ser uma organização relativamente pequena, o vínculo de afetividade entre seus membros, assim como a ideologia da representação (marcada pelo processo de simulação-dissimulação) tende a ofuscar tal processo. A liderança e a hierarquia, valores fundamentais das sociedades de classes, são naturalizadas por este tipo de organização. Anita Prestes, membro do PCLCP, sistematiza desta forma tal processo de naturalização das relações sociais burguesas:

Não se conhece processo revolucionário sem lideranças destacadas, como é o caso, por exemplo, de Lênin na Revolução Russa, Fidel Castro na Revolução Cubana e, mais recentemente, Hugo Chávez nas lutas do povo venezuelano. Quem faz a História são as massas populares, mas esse "fazer" não acontece sem a intervenção de lideranças, que expressam os seus anseios e atuam dentro das circunstâncias históricas concretas, podendo alcançar vitórias, mas também colher derrotas, uma vez que o rumo do desenvolvimento histórico jamais está pré-traçado. Tudo depende da correlação concreta de forças em cada momento. A liderança de Luiz Carlos Prestes está identificada com a luta pelo socialismo e o comunismo no Brasil (PRESTES, 2010, p. 149-150).

Outro elemento definidor dos partidos políticos é o processo de simulação-dissimulação. Este é marcado pela declaração de um interesse falso (representar o “povo”, as “massas”, a “classe operária”) e pela omissão do verdadeiro interesse (conquistar o poder de Estado -via golpe ou eleições- servindo os interesses próprios ou da burguesia e assim auxiliando-a na manutenção das relações de produção e sociais capitalistas). Aqui se observa duas coisas: por um lado, a existência de um interesse declarado, mas falso, juntamente com a existência de um interesse real, verdadeiro, mas omitido no discurso e por outro lado, a ideologia da representação.

O interesse da burocracia partidária é assumir o poder. Outro elemento definidor dos partidos políticos é o seu objetivo de conquistar o poder de Estado. Mesmo os partidos pequenos sonham com isso e enquanto se trata de um horizonte quase impossível, estes buscam espaços através das eleições, às vezes aliando-se aos grandes partidos em troca de cargos públicos. O caso do PCLCP é emblemático neste sentido, uma vez que a organização destaca militantes que, ao mesmo tempo, possuem filiação nos partidos políticos atrelados à democracia burguesa, notoriamente o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) cuja ruptura com o PT se deu pela via parlamentar. Muitos dos candidatos ao último pleito eleitoral pelo PSOL que eram filiados ao PCLCP eram policiais militares, o que evidencia a necessidade do Polo em aumentar sua influência nesta fração da burocracia estatal permanente.

Os partidos que buscam conquistar o poder através do golpe de Estado precisam de uma sólida estrutura organizativa e financeira. Como o meio escolhido para “tomar o poder” é ilegal, então a clandestinidade e a semiclandestinidade é necessária. Uma disciplina de caráter militar, um controle férreo da burocracia sobre os demais membros, são fatores indisponíveis. No caso do PCLCP, por se tratar de um partido

bolchevique, que tem por objetivo a conquista do poder de Estado pela via golpista, muito embora em suas próprias resoluções coloque como uma “etapa necessária” a construção de uma frente com demais classes e grupos sociais dominantes.

Os partidos políticos que buscam realizar a conquista do poder estatal através da insurreição possuem os mesmo objetivos que quaisquer outros partidos: conquistar o poder e exercê-lo. Os meios é que se diferenciam. Entretanto, ainda se apela para a ideologia da representação, pois os partidos stalinistas e leninistas dizem “representar” a classe operária.

Por fim, todo o partido político é expressão política de uma ou outra classe social. Ocorre, porém, que a ideologia da representação ofusca a visão de qual classe o partido representa realmente. *O PCLCP é uma expressão de interesses de classe da burocracia sindical, partidária e militar radicalizada, classe social que dirige e controla o conjunto de atividades desta organização.*

Agora, nos resta discutir qual o sentido que assume a expressão *partido revolucionário* nos dias atuais. Sendo os partidos políticos organizações burocráticas (portanto fundadas na relação social dirigente e dirigidos, fulcral nas sociedades classistas) que visam a conquista e exercício do poder estatal via golpe e/ou processo eleitoral e para realizá-lo se baseiam na ideologia da representação, e que, por fim, tais organizações expressam interesses de classes ou de frações de classes dominantes, a quem interessa o uso deste termo? A este respeito, mais uma vez nos apropriamos de Anton Pannekoek em seu texto fundamental *Partido e Classe*, escrito quando da consolidação do bolchevismo stalinista no mundo:

A expressão "partido revolucionário" é, pois, uma contradição nos seus termos. Um partido seria revolucionário se o termo revolução significasse troca de governo ou, no máximo, tomada do poder por uma nova classe exploradora e opressora. A alternativa é: a) as massas trabalhadoras, sem deixar o terreno livre aos partidos, continuam a sua luta: organizam-se autonomamente, nas fábricas e oficinas, para destruir o poder do capital e formam os conselhos operários - entrando, inevitavelmente, em conflito com o 'partido revolucionário', que considera a ação direta do proletariado um fator de desordem. Ou então, b) as massas trabalhadoras se adaptam à doutrina do partido, entregam-lhe a direção da luta, seguem obedientemente suas palavras de ordem e, por fim, convencidas de que o novo governo abolirá as relações de produção capitalistas, voltam à passividade. Abandonando a iniciativa ao partido, os trabalhadores permitem que o inimigo de classe mobilize

todas as suas forças (econômica, política, Ideológica e militar) e derrube o novo governo ou o adapte a seus interesses, transformando-o em instrumento de conservação das relações de produção capitalistas (PANNEKOEK, 1936, p.2).

Reforçando tal opinião, Pannekoek demonstra de maneira precisa que tal expressão serve como uma ferramenta de ocultamento dos reais interesses da burocracia partidária, posto que uma vez conquistado o poder de Estado se mantêm intocáveis as relações de produção burguesas e o conjunto das demais relações sociais:

Todas as vezes em que as massas trabalhadoras, após derrubar um governo, aceitaram ser novamente governadas, por mais revolucionário que se pretendesse o partido ao qual entregaram o poder, o que aconteceu foi a substituição de uma classe dominante por outra. Assim ocorreu com a revolução russa, quando o partido bolchevique apoderou-se dos soviets e, através de um golpe de mão, tomou o poder e implantou o capitalismo de estado. É cada vez mais evidente que qualquer suposta vanguarda que pretenda, de acordo com seu programa, dirigir ou impor-se às massas, por meio de um 'partido revolucionário', se revela na prática, um fator reacionário, em razão de suas concepções. (PANNEKOEK, 1936, p.2).

Portanto, o PCLCP, com esta forma de organização e pretensões estratégicas políticas, se dizem herdeiros da tradição marxista revolucionária. Sem dúvidas, o marxismo compreende uma práxis revolucionária, no entanto, este não é o caso do PCLCP. Este último, longe da tradição marxista, está atrelado, desde o início, a uma antítese dos interesses do marxismo. Como dissemos anteriormente: se os marxistas, desde Marx até os seus continuadores, expressam teoricamente o proletariado revolucionário e contribuem para a sua autodeterminação enquanto classe, os prestistas, ancorados no PCLCP e detentores da herança bolchevique, expressam outra classe social, a burocracia, que tem seus objetivos muito distantes da classe revolucionária de nosso tempo, o proletariado.

Suas intenções, mesmo que maquiadas por pomposas frases “revolucionárias” que não passam de intentos inócuos, referem-se ao objetivo de dirigir e dominar o proletariado para que possa assumir o poder e legitimar todo esse processo. Não é necessário que os “prestistas” alcancem uma projeção de grande influência dentro do movimento operário para que possamos criticá-los: a sua própria forma de organização e intenções políticas, bem como o assentamento ideológico de suas

posições, já demonstra o quão desastroso e contrarrevolucionário é sua forma de atuação política e intenções dominadoras.

Voltamos aqui à nossa pergunta inicial, que serviu como fio condutor para nossas críticas: O PCLCP se afirma como alternativa para os comunistas revolucionários no Brasil? Por tudo o que foi dito, não. Inclusive, em coerência com a perspectiva revolucionária, os comunistas têm como um de seus objetivos o combate a organizações que tem como pretensão controlar a luta dos trabalhadores e destruir suas formas de auto-organização. No entanto, se a forma organizativa e resoluções do PCLCP (e todas as outras organizações/partidos que assumem perspectivas próximas, também derivadas do leninismo, stalinismo e etc.) resultam em um entrave burocrático para a transformação social, quais são formas de se organizar que possa contribuir com o movimento operário sem sua luta pela transformação social?

A forma como os comunistas podem contribuir com o movimento operário é através das organizações autogestionárias. Estas resgatam a necessidade de subsunção dos revolucionários ao movimento operário revolucionário (autônomo e independente, que já rompeu com suas burocracias, que caminha efetivamente para sua autoemancipação) em coerência à questão da autoemancipação proletária. O que se busca é contribuir na radicalização das lutas dos trabalhadores, impulsionando suas formas de auto-organização, sem pretensões de controlar e dirigir este movimento. Em síntese, as organizações revolucionárias devem também expressar politicamente o proletariado, acelerando o processo revolucionário e criando condições necessárias que robusteçam as posições dos trabalhadores na arena política a partir da autogestão de suas lutas enquanto totalidade da classe autodeterminadas para seus interesses.

Não se trata aqui de reproduzir a concepção reboquista de que tão-somente seguindo a dinâmica do proletariado em sua luta cotidiana é possível ajudar em sua luta pela emancipação. Trata-se, na verdade, em expressar o proletariado revolucionário, tencionando sempre para a intensificação das lutas de classe. A unidade entre meios e fins, a articulação entre lutas reivindicativas e lutas revolucionárias, o combate desapiadado às ideologias que apregoam a dominação burguesa e o controle burocrático e o conjunto de ações que produza uma luta cultural com caráter revolucionário, são

formas que os militantes revolucionários expressam tanto as suas posições teóricas quanto suas ações práticas.

## **Conclusão**

Acreditamos ter cumprido o objetivo do texto a partir de nosso itinerário. Buscamos, a partir da perspectiva do proletariado e da história do movimento operário, demonstrar como a concepção prestista, ancorada no PCLCP, a partir de sua ação política (assentada na ideologia leninista) e forma organizativa é, antes de tudo, um entrave burocrático, emudecendo o potencial transformador e emperrando as formas de auto-organização dos trabalhadores e demais classes exploradas e oprimidas na sociedade capitalista.

Portanto, a nossa crítica não se resvala em uma crítica desinteressada ou suficiente em si mesma. Sua intenção é positiva no sentido de colaborar para o avanço do combate às ideologias alienígenas ao movimento operário e contribuir para o rompimento de militantes bem intencionados que se alocam dentro destas organizações burocráticas. O fetiche pelos partidos políticos e demais instituições burocráticas é um câncer que consome as energias revolucionárias dos indivíduos, tornando-os verdadeiros zumbis reprodutores da sociabilidade burguesa e dos intentos burocráticos. É necessário o rompimento a estas formas de organizações que não contribuem com as possibilidades transformativas de nossa sociedade a partir da luta dos trabalhadores.

Devido ao espaço não podemos desenvolver todos os elementos que acreditamos serem fundamentais para uma crítica totalizante. Nesse sentido, prometemos continuar a desenvolver nossas críticas, a partir de um novo texto, criticando um aspecto negligenciado nestes escritos: a prática e ação política do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes, bem como a sua “juventude”, JCA (Juventude Comunista Avançando), sobretudo suas atuações e análises sobre as manifestações de junho de 2013.

A revolução proletária, a emancipação humana, não virá como fatalidade sobre os trabalhadores, mas os trabalhadores virão sobre a revolução e ingressarão nela como o que é seu, expressando a emancipação em seu seio libertador!



## Referências

GORTER, Herman. Carta aberta ao companheiro Lênin (1920). In: TRAGTENBERG (org.) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

LÊNIN, Wladimir Ilitch. *Que Fazer?* 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

LUXEMBURGO, Rosa & LÊNIN, Wladimir. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo: Nova Stella, 1985.

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas (MG): Editora Virtual Books, 2010.

\_\_\_\_\_. Militância, compromisso e organização. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/files/2014/11/militancia-compromisso-e-organizacao.pdf> Acesso em 13/03/2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista 1848*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo*. 7ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. Sobre a Comuna. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/05/30.htm>. Acesso em 10/03/2015.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Vol. I. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. Crítica ao programa de Gotha. In: \_\_\_\_\_. *Textos*. V.1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

\_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

\_\_\_\_\_. *Carta a Bebel, Liebknecht, Bracke e outros*. In: *Marx, Karl e outros. A questão do Partido*. São Paulo: Kairós, 1978

PANNEKOEK, Anton. *Partido e Classe*. Disponível em:

[http://www.protopia.wikia.com/wiki/Anton\\_Pannekoek/Partido\\_e\\_Classe](http://www.protopia.wikia.com/wiki/Anton_Pannekoek/Partido_e_Classe) Acesso em 11/03/2015.

PCLCP, Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes*. 2013.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010

\_\_\_\_\_. Luiz Carlos Prestes: Patriota, Revolucionário e Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos Comunistas. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso em 10/03/2015.

TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o socialismo. 1ª edição, São Paulo, Editora Unesp, 2008.

VIANA, Gabriel. Anotações reflexivas sobre estratégias revolucionárias: unidade entre meios e fim. No prelo, 2015.

VIANA, Nildo. A Dialética como Ideologia. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/21553375/A-Dialetica-Como-Ideologia-Nildo-Viana#scribd> Acesso em 9/03/2015.

\_\_\_\_\_. Manifesto Autogestionário. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

\_\_\_\_\_. O Que são Partidos Políticos? Brasília: Editora Kiron, 2013.

\_\_\_\_\_. O que é autogestão? Revista Enfrentamento – nº 2, jan/jun, 2007.

WAGNER. Helmutt. Teses Sobre o Bolchevismo. Revista Marxismo e Autogestão – nº 2 jun/dez. 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/7wagner2> Acesso em 11/03/2015.